

Douglas Lauletta

Brasil em ebulição: política, crises e símbolos no início de 2026

O início de 2026 encontrou o Brasil longe de qualquer clima de distensão política. Mesmo em um período que tradicionalmente marca uma desaceleração do debate público, os primeiros meses do ano foram atravessados por conflitos institucionais, crises econômicas com repercussão política, mobilizações de rua e episódios simbólicos que ganharam centralidade na disputa de narrativas. À medida que o país se aproxima de um ano eleitoral, a política brasileira parece operar em estado permanente de tensão, em que decisões técnicas, gestos individuais e acontecimentos cotidianos são rapidamente absorvidos pelo jogo ideológico.

No plano institucional, o governo federal iniciou o ano buscando recompor sua base de apoio e avançar em pautas consideradas prioritárias, especialmente no campo econômico. O esforço de conciliar responsabilidade fiscal com políticas sociais voltou a ocupar o centro do discurso oficial, mas encontrou resistências tanto no Congresso quanto em setores do mercado. O Legislativo, por sua vez, retomou os trabalhos sob forte cálculo eleitoral: líderes partidários e bancadas passaram a se reposicionar, disputando espaços estratégicos e utilizando as redes sociais como extensão direta da atuação parlamentar. O diálogo entre Executivo e Congresso alternou momentos de pragmatismo e tensão aberta, revelando a fragilidade de consensos duradouros.

O Judiciário seguiu como um dos polos mais sensíveis desse cenário. Decisões do Supremo Tribunal Federal e investigações em andamento continuaram a provocar reações intensas de



Imagem da marcha para Brasília com Nikollas Ferreira ao centro.

parlamentares e influenciadores ligados ao campo “conservador”, que acusam a Corte de extrapolar seus limites. Em resposta, ministros do STF reforçaram publicamente a defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito. Esse embate contribuiu para manter viva a polarização e ajudou a deslocar parte do debate político para fora das instituições, alimentando discursos de confronto e desconfiança.

É nesse contexto que ganha destaque a caminhada associada ao deputado Nikolas Ferreira em direção a Brasília. Mais do que um simples deslocamento físico, o ato foi construído como um evento político simbólico bolsonarista, amplamente divulgado nas redes sociais e apresentado por seus apoiadores como uma forma de protesto contra decisões do Judiciário e contra o que classificam como excessos do sistema político contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. A mobilização reuniu simpatizantes, ativistas e parlamentares alinhados a uma agenda bolsonarista, combinando presença nas ruas com forte engajamento digital.

A caminhada evidenciou uma característica central da política contemporânea brasileira:

a fusão entre ativismo de rede e ação política tradicional. Nikolas Ferreira, conhecido por sua capacidade de mobilização online, utilizou o episódio para reforçar sua base, dialogar diretamente com seguidores e contornar os canais tradicionais de mediação política. O gesto funcionou menos como um ato de pressão institucional direta e mais como um instrumento de construção de identidade política, antecipando o clima de disputa narrativa que tende a se intensificar ao longo do ano.

Paralelamente às tensões políticas, uma crise de natureza econômica ganhou contornos claramente políticos com o avanço do chamado caso Banco Master. A liquidação da instituição financeira, ocorrida no fim de 2025, continuou a produzir efeitos relevantes no início de 2026. Investigações sobre irregularidades, emissão de produtos sem lastro e falhas de supervisão transformaram o episódio em um dos principais temas do debate econômico e institucional do período. O caso colocou sob escrutínio o papel do Banco Central, a atuação de órgãos de controle e os limites da autonomia técnica diante de pressões políticas.

À medida que depoimentos, inquéritos e auditorias avançaram, o caso passou a ser explorado por diferentes atores políticos como símbolo de problemas estruturais do sistema financeiro e da relação entre Estado, mercado e regulação. Para o governo, o desafio tem sido demonstrar firmeza institucional e preservar a confiança no sistema bancário, enquanto administra os custos políticos de um episódio que envolve grandes volumes de recursos e atinge milhares de investidores. A crise do Banco Master, assim, extrapolou o campo técnico e se consolidou como um elemento sensível da agenda política nacional.

Ao mesmo tempo, o início de 2026 também foi marcado pela politização de acontecimentos aparentemente periféricos, como a morte do cachorro comunitário conhecido como Orelha.

O caso, ocorrido em Santa Catarina, gerou comoção nacional após a divulgação de que o animal teria sido vítima de maus-tratos. Rapidamente, o episódio ultrapassou o âmbito local e passou a ser debatido por autoridades, parlamentares e figuras públicas nas redes sociais.

Manifestações de ministros, da primeira-dama e de lideranças políticas transformaram o episódio em um símbolo de debates mais amplos sobre violência, comportamento social, influência das redes digitais e proteção aos animais. Propostas legislativas e discursos morais passaram a se apoiar no caso como exemplo da necessidade de mudanças legais e culturais. A morte de Orelha ilustrou, de forma contundente, como eventos singulares podem ser absorvidos pelo debate político e convertidos em instrumentos de disputa simbólica e ideológica.

Esses diferentes episódios a caminhada política rumo a Brasília, a crise do Banco Master e a politização de um caso de maus-tratos a um animal não são fatos isolados. Eles compõem um mesmo cenário de intensa mobilização discursiva, no qual a política se manifesta tanto nos grandes acordos institucionais quanto em gestos simbólicos e acontecimentos cotidianos amplificados pelas redes sociais. O espaço público brasileiro, nesse início de ano, mostrou-se altamente sensível a narrativas, emoções e símbolos.

Em síntese, o Brasil de janeiro de 2026 revela um país em permanente estado de debate e conflito político. A antecipação do clima eleitoral, a fragilidade das mediações institucionais e a centralidade das redes digitais produzem um ambiente no qual crises econômicas, protestos de rua e episódios de forte apelo emocional se entrelaçam. O desafio das instituições democráticas será absorver essas tensões sem perder estabilidade, em um contexto no qual a política segue avançando muitas vezes de forma ruidosa sobre todos os aspectos da vida pública.



Foto tirado do cão Orelha.



Manifestantes da oposição ao Presidente Nicolás Maduro entram em confronto com a polícia durante protesto em Caracas, na Venezuela - 03/05/2017 (Christian Veron/Reuters).

Guilherme Bancke

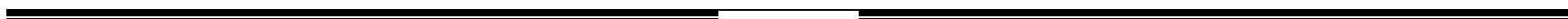
O fim do feriado da História

O ano de 2026 começa sem guerras declaradas entre grandes potências, sem grandes colunas de homens se movendo ou invadindo, sem mísseis sobrevoando nações. Mesmo assim, é mais perigoso do que muitos dos anos da década. Acreditamos, por três décadas, que as instituições haviam domesticando a natureza do

poder. Foi um erro de soberba. Com a erosão das contenções, as grades da jaula se abriram e o realismo voltou a caminhar livre. Deparamo-nos com uma encruzilhada da história onde o idealismo cede à força bruta. E 2026, mais do que qualquer ano recente, revela essa verdade em múltiplas frentes.

A guerra na Ucrânia continua brutal, mas o impasse diplomático persiste. Acordos muito favoráveis, como o plano de 28 pontos - que congelaria os ganhos russos e ganharia o reconhecimento de posse de regiões-chave do conflito - foram, de fato, rejeitados por Putin, com declarações de reconhecimento como base inicial de negociação contrastando com a consideração de certos pontos como inaceitáveis. Essa postura demonstra uma busca de vitória maximalista pelo Kremlin, em vez de mediação e resolução de conflitos, visto seu avanço lento, mas constante. Por outro lado, o plano é recusado fortemente pela Ucrânia e aliados, mas estes têm pouca margem de manobra ante a mediação americana.

A recente crise da Venezuela demonstra a escalada de conflitos pelo mundo, confirmando a noção de tensão mundial altíssima, que torna iniciar novos conflitos muito mais fácil perante a comunidade internacional. Além disso, o evento reafirma abruptamente o realismo geopolítico da potência que mantinha o sistema internacional idealista.





A captura de um chefe de estado por operação militar provou ser uma escalada brusca das tensões Venezuela-Estados Unidos e gera um precedente de golpe de estado e intervenção militar por potências maiores em suas "zonas de influência".

Na crise de Gaza, outra contenção internacional está sendo desafiada. Israel expulsa os Médicos Sem Fronteiras e outras 36 ONGs de atuarem em Gaza, acusando-as de "explorarem estruturas humanitárias para fins terroristas". Essas ONGs representam 15% das organizações que trabalham em Gaza.

O governo israelense afirmou que somente forneciam 1% do volume de recursos humanitários, mas essa porcentagem é altamente contestada por diversos especialistas, além de essas ONGs serem a espinha dorsal do apoio humanitário, tendo capacidade desproporcional de infraestrutura médica e serviços essenciais.

No comércio global, o protecionismo tem retornado nas últimas décadas. A interdependência global tem definhado, e o fenômeno de friendshoring e guerras comerciais muda a cooperação internacional para relações bilaterais ou multilaterais de integração regional. Com a chegada do governo Trump à Casa Branca, os Estados Unidos protagonizaram diversas guerras comerciais e disputas tarifárias que geraram caos no mercado internacional e imprevisibilidade, fortalecendo o fenômeno no qual países param de depender do mercado global e se integram intensamente com blocos vizinhos mais homogêneos,

enfraquecendo a principal contingência do sistema internacional: a interdependência econômica.

No dia 25 de dezembro de 2025, um cabo submarino entre a Finlândia e a Estônia foi supostamente sabotado por um navio russo, gerando alertas na OTAN e demonstrando a continuidade dos ataques de guerra híbrida a infraestruturas mistas dos países da OTAN atribuídas à Rússia. As guerras híbridas e ataques a infraestruturas mistas são fatores importantíssimos para a guerra moderna, principalmente por prejudicar o preparo militar e por não haver certeza do país atacante, sendo uma ferramenta que atravessa contenções do sistema internacional.



Bandeira de OTAN.



Propaganda do regime dos aiatolás com a mensagem "O Irã é nossa pátria" em Teerã. (Foto: ABEDIN TAHERKENAREH/EFE/EPA)

Enquanto a guerra híbrida escala na Europa, no Oriente Médio o realismo assume sua forma mais explícita. A invasão do Líbano em 2024 foi um presságio de uma evolução dos conflitos por vir, misturando guerras por procuração e intervenções militares em países estrangeiros, com Israel invadindo um país soberano em busca do proxy iraniano Hezbollah. Em 2025, tanto Israel quanto seu patrono geopolítico, os Estados Unidos, realizaram bombardeios no Irã contra instalações nucleares. O Irã retaliou com um ataque massivo de drones e mísseis,

perpetuando em um ambiente mais tenso os conflitos de baixa intensidade com picos de atividade típicos da dinâmica regional.

Contudo, a tensão na região não se restringe ao eixo Israel-Irã. As rivalidades entre os países árabes emergem. A guerra civil do Iêmen, que se tratava principalmente de um conflito de procuração entre Arábia Saudita e Irã, sofreu um grande tremor, com os EAU crescendo recentemente como uma potência do Oriente Médio que desafia o atual equilíbrio quadrangular do Oriente Médio,



fracionando a coalizão anti-Houthi. O STC, grupo apoiado pelos EAU, fez uma rápida ofensiva contra o PLC, proxy saudita, que tão rapidamente foi revertida após intensas movimentações sauditas, dissolvendo o STC e reafirmando seu protagonismo no conflito e no Oriente Médio.

Olhando agora para a questão eleitoral, o ano de 2026 promete diversas mudanças de governos, com mais de 50 países com eleições planejadas para esse ano. No mundo ocidental, a emergente direita populista vem constantemente ganhando força. Por outro lado, o mundo reage às tensões geopolíticas e ações agressivas de Trump para reforçar a própria soberania, trazendo um zeitgeist duplo que promete polarização sistêmica em diversas nações.

Enquanto o Ocidente decide seu futuro nas urnas, no Irã, a disputa pelo poder ocorre nas ruas. O Irã sofre há décadas com ondas de protestos, mas os protestos iniciados no fim de 2025 tomaram um caráter diferente, sendo por muitos especialistas consideradas as manifestações mais perigosas para o atual regime desde seu estabelecimento. Os protestos começaram no fim do ano passado, com os comerciantes do grande bazar de Teerã iniciando protestos pela altíssima inflação. Rapidamente, grupos universitários se juntaram e, após declarações de pessoas relevantes como o atual príncipe da Pérsia no exílio, Reza Pahlavi, e do presidente americano Donald Trump, clamando ao povo iraniano para protestar nas ruas contra o regime, os levantes escalaram e se expandiram por toda a nação. O governo iraniano impôs um apagão da internet no país e começou uma repressão violenta,

com estimativas chegando a 30 mil manifestantes mortos e centenas de milhares feridos por forças de segurança do regime do Aiatolá, demonstrando o ressurgimento de revoluções violentas e possivelmente o aquecimento de uma primavera jovem.

Transitando dos movimentos de massa de volta ao personalismo no Oriente Médio, no início deste ano, Trump, em concordância com o acordo de paz mediado por ele em Gaza, iniciou a criação do órgão que supervisionará a transição da região. Ele convidou diversas nações e montou um grupo executivo composto por seus aliados políticos próximos. Além disso, o órgão funcionaria sob poder concentrado na figura de Trump, e não necessariamente na instituição da Presidência dos EUA, reservando-lhe o poder de vetar qualquer resolução do conselho. Países árabes e alinhados a Trump rapidamente aceitaram o convite, mas países como Suécia, França e Brasil viram com ceticismo uma tentativa de substituir a ONU, já que o inquilino da Casa Branca desconsiderou os protocolos da ONU e retoricamente posicionou o conselho como uma ONU melhorada. Até agora, as potências ocidentais recusaram o convite; o Brasil permanece em postura ambígua. Este evento marca o início de um contorno sistemático à ONU, sinalizando uma mudança das dinâmicas de garantia de paz.

Voltando para o hemisfério ocidental, Trump iniciou uma ofensiva diplomática contra a Dinamarca, com o presidente americano ameaçando o uso de força para tomar o território, se necessário, e ameaçando tarifas à Europa. Essa ação do presidente estadunidense gerou uma reação poderosa da Europa, que suspendeu a ratificação do acordo que encerrou a primeira guerra comercial transatlântica, além de ameaçar usar a chamada Trade Bazooka,

o mecanismo anticoerção da União Europeia que garante mudança tarifária rápida para evitar paralisia durante guerra comercial. As ações europeias fizeram Trump recuar, sendo dadas a ele somente concessões simbólicas, demonstrando uma vitória europeia ante o caos tarifário de Trump, mas tensionando as relações internas da OTAN, organização que contém conflitos na Europa.

Navegando para o Extremo Oriente, a China, principal rival sistêmica dos Estados Unidos, parece passiva, mas não passa de uma calmaria antes da tempestade. Durante o ano de 2025, foi relatado um stockpiling de diversos recursos estratégicos, como petróleo, pelo governo chinês. Analistas afirmam que são preparações para uma possível invasão de Taiwan. Entretanto, a realidade é mista: é consenso entre especialistas que a China não conseguiria invadir Taiwan no estado atual,

sendo previsto um bloqueio naval à Formosa ainda este ano, podendo gerar uma crise de microchips e talvez estourar a bolha das IAs, além de comprometer de maneira até agora não vista a segurança americana pelo rompimento da primeira cadeia de ilhas.

Olhando para o tabuleiro como um todo, a coerção começa a se tornar normal, com as contenções sofrendo atritos insustentáveis de estados querendo garantir os próprios interesses na anarquia inerente ao sistema internacional. Eventos como os ocorridos no Oriente Médio militarmente e perpetrados pelo governo Trump comercialmente são o prenúncio de um mundo onde a força se torna o juiz, e países pequenos e médios têm que se associar em autodefesa para garantir sua soberania e prosperidade nessa nascente nova ordem geopolítica.

Retornando ao colosso do sul, o Brasil se demonstra como uma dessas potências médias, dependentes da diplomacia para compensar a baixa capacidade de coerção geopolítica. Dessa forma, torna-se imperativo à nação tupiniquim buscar posicionar-se como protetor sul-americano, buscando maior integração entre países do continente, protegendo-os das novas tensões geopolíticas enquanto garante autonomia estratégica, formando um bloco que tem menos chance de sofrer coerção.



Fotografia "flower power" de Bernie Boston.

Os cinco policiais se mostraram incapazes de garantir a paz e, além disso, foram agentes de tensão geopolítica. O sistema internacional vigente tornou possível que as cinco potências vitoriosas submetessem o mundo ao seu imperialismo, tornando o sistema internacional instável, mesmo que tenha garantido a sua existência. Com a incapacidade

de intervir nas esferas de influência, ela se tornou um acessório que as grandes potências amavam e odiavam, e as pequenas e médias potências se submetiam por garantias mínimas. Mas, com a geopolítica evoluindo novamente para conflitos e as contenções se desarmando, o período de paz pós-1989 se mostrou ilusório.

O erro das últimas décadas foi acreditar que havíamos quebrado o código da natureza humana e aposentado a tragédia. Esquecemos que a história não caminha inevitavelmente em linha reta rumo ao progresso. O colapso das contenções que nos protegeram desde o fim da Guerra Fria é apenas a rima cruel de um passado que nunca partiu. As luzes da festa liberal se apagaram, os grillhões do realismo se romperam e nós, enfim, voltamos para casa. Bem-vindos ao fim do feriado da História.

Saulo Santana

Acordo UE-Mercosul



Em março de 1815, a Grã-Bretanha deu início a um processo de fechamento dos seus mercados através da imposição das Corn Laws, responsáveis pela elevação das tarifas de importação sobre grãos de cereais tais como trigo, aveia e cevada. A elevação foi tida com maus olhos por parcelas significativas da população, especialmente entre os mais pobres, que viram o seu poder de consumo despencar em decorrência do aumento dos preços dos alimentos. Isso se tornou especialmente insustentável depois da Grande Fome Irlandesa, que deu forças para as alas mais liberais do Parlamento conseguirem a sua revogação em 1846. Historiadores apontam o ocorrido como um grande marco na direção do livre comércio, que teve o estopim em meados do mesmo século.

De forma similar, o Brasil enleou-se pesadamente nos artifícios tributários para favorecer segmentos específicos da economia, mas, alvo de constante captura por parte das elites privadas, esses mecanismos nunca despontaram como a grande força propulsora da tão sonhada industrialização brasileira. Mas isso pode ter mudado no começo de 2026, quando um acordo histórico entre os blocos do Mercosul e da União Europeia (UE) parece ter logrado passos importantes para, depois de longas décadas, alcançar um consenso que tende a rumar o país na mesma direção que o Parlamento britânico há 180 anos.

1: As raízes do acordo

Em 1986, quando os países Ibéricos, Portugal e Espanha, oficialmente entraram na Comunidade Europeia, um bloco que, dominado institucionalmente por países já economicamente consolidados, como Alemanha e França, visava integrar e fortalecer as relações econômicas, políticas e migratórias dos países-membros. Mesmo assim, a incongruência entre os poderes

de influência dentro da aliança era vista como um desafio a ser superado.

Foi então que, fazendo uso dos séculos de integração cultural e econômica destes para com a América Latina e, em especial, a do Sul, ambos, Portugal e Espanha, buscaram empurrar a agenda de integração comercial com o Novo Mundo, o que tinha por objetivo aumentar, por meio de um posicionamento geopolítico mais estratégico dentro do bloco, o seu poder de barganha em Bruxelas.

Isso não foi uma decisão puramente política, mas sim uma reação à racionalidade dos agentes econômicos, que já vinham comercializando mais intensamente desde os anos 1990. Empresas espanholas, principalmente, investiam em setores-chave, como bancos, energia, telecomunicações e infraestrutura na região, especialmente os membros do Mercosul.

Essa maior integração representava o acesso a mercados grandes, instaurados, lucrativos e culturalmente próximos. No entanto, as tentativas de tornar essa aproximação um projeto não de nações isoladas,



mas do conjunto como um todo, foi encarado pela França, naturalmente defensora da Política da Agricultura Comum (PAC), que via no Brasil um rival desigual – por inumeráveis motivos que, quem sabe, valham uma coluna inteira à parte –, temia perder espaço no comércio regional, qual possuía participação significativa, em decorrência da competição.

Ainda assim, a proposta da criação de um espaço comum entre os dois mercados, o europeu e o

sul-americano, não foi abandonado ao ostracismo, e uma das razões iniciais para isso foi impedir a “americanização” da América. Ou melhor – que os Estados Unidos se consolidassem em definitivo como a potência econômica dominante e até hegemônica nos mercados do “Quintal Americano”. A resposta, no entanto, não podia refletir mais a doutrina dos mercados: os países europeus iriam disputar espaço na região, inmiscuindo-se como um polo alternativo que concorreria abertamente com as

empresas americanas.

Daí nasceu, em 1995, o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional UE-Mercosul, assinado em Madri. É importante ressaltar, entretanto, que não se tratava, ainda, de um acordo de livre comércio, nem prometia liberalização imediata. Na prática, ele funcionou muito mais como uma espécie de “pré-acordo”, visando afofar o terreno antes de acomodar os derradeiros termos negociais, que só veriam a luz do dia mais de 30 anos depois

Nele, algumas coisas interessantes já foram instituídas, como um diálogo político regular, envolvendo coordenação de fóruns multilaterais e reuniões ministeriais, além de cooperação econômica e

técnica, qual exigia o fortalecimento aduaneiro e estatístico, bem como assistência institucional ao Mercosul, e, por fim, o objetivo explícito de evoluir as cláusulas para um acordo comercial, evidenciando que as liberalizações, embora distantes, pareciam compor o horizonte.

Entre 1995 e 1997, a União Europeia financiou diversos projetos no Mercosul em setores estratégicos, tais como a modernização aduaneira e capacitação técnica, com o fim claro de tornar os países-membros do bloco mais ao Sul mais aptos a negociar. É então que, muito por conta dessas medidas, o Mercosul embarca num processo necessário de consolidação, cujo corolário o Acordo de Associação Birregional.

Tudo isso contribuiu para que o ano de 1999 epitomasse, ao menos até então, o processo de integração econômica entre os dois blocos. Entrementes, ainda haviam rivalidades internas dentro da aliança europeia, o que obstou, de fato, o andamento do engendramento dos termos negociais mutuamente benéficos que, parece, hauriram-se somente entre fins de 2025 e o início de 2026.



Dentre os países apoiadores, listavam-se Portugal, Espanha, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, mas, em desfavor do projeto, instavam-se França, Irlanda e Áustria. Do outro lado, o Brasil vinha de uma tradição historicamente fechada, ao menos economicamente, ao exterior, e, portanto, avessa ao livre mercado, assim como a Argentina. Vale ressaltar, no entanto, que esses são padrões históricos e podem não refletir inteiramente

as medidas adotadas pelos então Presidentes Fernando Henrique e Carlos Menem. O Uruguai e o Paraguai, por sua vez, foram menos reticentes a tais políticas econômicas.

Em Junho de 1999, ocorreu a Cúpula UE-América Latina, no Rio de Janeiro. Muitos chefes de Estado constaram, mas os que representavam o Mercosul foram interlocutores privilegiados. Mesmo assim, como já era de se esperar,

dada a conjuntura do histórico avesso à abertura econômica de alguns membros do Mercosul, o medo dos agricultores franceses de perder espaço nos mercados internos da Europa e a incapacidade dos diplomatas de lidar com tais e outras diferenças, somadas, tornaram as intransigências das partes impermeáveis às concessões que ambos os lados estavam dispostos a abrir.

E as coisas ficaram desse jeito até o ano de 2004, quando os “termos finais” foram finalmente postos à mesa após longos cinco anos de negociações decepcionantes. Ambos os lados queriam um acordo de livre comércio, mas estavam reticentes em abri-lo justo onde a liberalização fazia-se mais necessária para o aumento da concorrência e da eficiência – a indústria aqui, a agropecuária lá. Dessa feita, as concessões foram vistas pelas duas partes como insatisfatórias, levando a uma paralisação das negociações.

Entre 2005 e 2009, os blocos passam a focar mais em outras parcerias comerciais, levando a um amadurecimento institucional. O Mercosul, por exemplo, integrou-se



mais com o próprio continente, fortalecendo a aliança. Por outro lado, a União Europeia manteve-se comercializando com os seus pares industrialmente desenvolvidos na Ásia, como a China, e na América do Norte, como os Estados Unidos.

A partir de 2010, ocorre a retomada das negociações, mas as coisas não necessariamente tomaram-se mais fáceis. Isso, porque a União Europeia começou a endurecer o discurso ambientalista, tema que granjeou muito destaque no mundo ocidental nessa época.

Mais do que um clamor para mitigar as emissões de CO² na atmosfera, alguns países interessados em manter certo nível de protecionismo usaram essa bandeira para justificar o afastamento comercial dos dois mercados. Esse discurso foi especialmente forte na França, tanto que, mais tarde, houve boicotes à carne brasileira na Europa.

A resolução foi melíflua, mas o acordo, nove anos mais tarde, finalmente parecia estar começando a desenhar seu rascunho definitivo. Muito disso se deu por conta de uma convergência de fatores como (1) a guerra comercial EUA-China, (2) os preparativos para o Brexit, que seria concluído já no início do ano seguinte, (3) o início da primeira onda direitista na América do Sul do século XXI, a qual, com a sua retórica neoconservadora, era mais propensa a negociar termos de abertura comercial do que os reticentes governos de esquerda, (4) o avanço meteórico da influência econômica chinesa nas Américas, pondo em cheque a posição geopoliticamente estratégica da UE e (5) o fim do mandato da Comissão Europeia,

que pôs pressão para a finalização dos acordos pendentes, como com o Japão, Canadá e, obviamente, Mercosul. Na prática, é como se ambos os lados tivessem-no empurrado com a barriga até o momento de maior necessidade.

Apesar dos incontestes avanços, as cláusulas ainda eram conservadoras, muito por conta do medo dos grupos de interesse europeus que produziam alimentos e que, com a abertura, competirão com os maiores produtores do mundo. A UE, dessa arte, permaneceu mais reticente do que o próprio Mercosul, demonstrando um amadurecimento significativo da segunda parte em relação à primeira. Mas isso teve um custo: foi como um parto prematuro, posto que nem todas as divergências foram sanadas quando o acordo politicamente útil foi posto à prova.

2: Resultados iniciais



cúpula de Montevideu durante negociações

Mesmo antes de entrar em vigor, é importante destacar que o acordo Mercosul-EU já começou, especialmente a partir desse ano, a surtir os seus primeiros efeitos nas economias nacionais. Embora não tenha sido ratificado, o que não influenciou significativamente os investimentos projetados a curto prazo, ele sinalizou maturidade institucional do bloco mais ao sul, fazendo os investidores enxergarem menos riscos para se projetar investimentos a longo prazo, especialmente pondo a ratificação do tratado como condicionante.

O Mercosul beneficiou-se sobremaneira da sua guinada expectacional. Não mais se esperava, dada a nova reputação que o bloco estava buscando erigir, isto é, como parte performática, e não apenas retórica, do processo

de globalização, que haverá mudanças significativas da política externa que ponham em risco os investimentos locais.

Os setores mais sensíveis a isso foram o de infraestrutura, energia, agroexportação e serviços financeiros. As razões para isso são simples: todos esses setores são investimentos de médio e longo prazo, e por isso só trarão retornos líquidos aos agentes econômicos depois de decorrido um tempo significativo. Os empreendedores são forçados, assim, a terem uma postura de maior aversão ao risco, seja ele inflacionário, taxas de juros elevadas ou insegurança jurídica. Quando o acordo Mercosul-UE começou a ganhar corpo,

mostrando maturidade institucional da aliança ao sul, as empresas viram isso como um sinal verde para esticar a sua projeção para investimentos futuros. Assim, passarão a investir mais em bens de capital e fatores de produção mais afastados do consumo final, como cada um dos segmentos listados mais acima.

Mas é impossível agradar, concomitantemente, gregos e troianos. Os setores produtivos da sociedade celebraram, mas os improdutivos, que dependem desproporcionalmente de pensões do Estado via subsídio e crédito barato ou da imposição das mesmas tarifas que visava-se extinguir, intensificaram o lobby, exigindo maiores salvaguardas e políticas compensatórias para preservar os seus privilégios às expensas dos demais.

Muitos deles ressuscitaram o debate sobre a “desindustrialização” do Brasil, mas ignoraram, talvez por inocência ou por má fé, que as políticas protecionistas e o modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), somado a políticas de subsídio permanentes e representação excessiva dos seus interesses no Legislativo não foram períodos excepcionais, mas a regra desde o século XX e, em DNA, desde a colonização – afinal, em quê distoa o discurso deles do de Portugal quando exigia o monopólio régio da produção de açúcar no Nordeste? É sobre pensar quem realmente tem, há mais de 500 anos, se beneficiado dessas políticas.

o outro lado do oceano Atlântico, o debate tinha um verniz diferente.

Não se tratava, com o mesmo rigor, de “industrialização versus desindustrialização”, mas sim acerca dos possíveis impactos ambientais desse acordo, principalmente para os membros mais valorosos do Mercosul, como o Brasil, que detém a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. Muitos críticos ressoavam Enéas Carneiro, eminente intelectual brasileiro, dizendo que os europeus se preocupavam mais com os bens da fauna e flora brasileira do que com o bem delas. Já os céticos apontaram questões acerca dos impactos do possível aumento das emissões de gases poluentes na atmosfera, em especial o CO², na aceleração dos problemas socioambientais advindos do aquecimento global.



Ambos os lados têm seus méritos, mas, como se trata de uma coluna sobre um dos maiores acordos comerciais do século, é justo supor que um maior aprofundamento nesse debate em específico poderia ser interpretado pelo leitor como um tangenciamento do que deve ser o foco principal. O importante é que essas rugas internas, em ambos os lados, levou a atrasos significativos na assinatura do acordo oficial. A França, por exemplo, passou, desde 2019, a atacar nessa “ferida” que é a

bancadas no Brasil se uniram em torno do propósito comum de barrar a abertura em certos setores.

3: Assinatura do acordo e conclusão

Esses entraves persistiram por meia sete anos desde então. Embora o acordo tenha sido congelado após a pandemia e retomado, mais uma vez, em 2023, as negociações

no entanto, tal cenário parece mais propenso à mudança, muito embora ainda hajam entraves significativos para a sua consecução. Um exemplo disso é a aprovação recente feita pelo Parlamento Europeu para levar o acordo Mercosul-EU à justiça.

Mesmo que a Comissão Europeia ainda possa aprovar o acordo de forma provisória, a sua efetivação, na melhor das hipóteses, só verá a luz do dia daqui há alguns meses. Isso, porque a Corte ainda pretende avaliar a legalidade do Acordo. Em detrimento do alinhamento histórico entre os líderes de ambos os blocos, como o libertário argentino Javier Milei e o conservador paraguaio Santiago Peña, que defendem abertamente a abertura dos mercados para o comércio internacional, o acordo foi temporariamente suspenso em desfavor das suas intenções a fim de que se possa reavaliar o texto e checar se há incongruências com a legislação vigente.

Para os apreciadores do livre mercado, como eles, é realmente uma pena que, sob um pretexto aparentemente tão amplo, haja a necessidade de adiar, senão de suspender, um dos maiores acordos de livre comércio da história moderna

com um mercado consumidor de mais de 700 milhões de pessoas espalhadas em quase 30 países em dois continentes. Muitos produtos podem verificar uma redução de até 90% dos preços das tarifas no comércio bilateral. Os céticos, como os agricultores de países como França, Áustria, Hungria, Polônia e Irlanda e seus respectivos sindicatos regionais de agropecuária, temem perder sua posição privilegiada como fornecedores de insumos ao mercado interno.

O acordo também previa a eliminação de tarifas mercantis para inúmeros produtos agrícolas e bens de capital. Existem precedentes reais, muito além do já citado caso do Reino Unido, que encerram os efeitos da abertura econômica, que em geral são positivos, ainda que em países devastados por guerras civis e regimes sanguinários.

Esse é o caso da pequena ilha de Taiwan. Hoje, como um país rico e com uma renda per capita superior aos US\$30 mil, é difícil ver como aquela pequena ilha, ainda que cercada de interesses geopolíticos imperialistas tanto da China quanto dos Estados Unidos, tenha logrado sair da miséria à revelia de todas as expectativas. Em 1949, a Revolução Chinesa, liderada pelo ditador comunista Mao Tse Tung, instaura um regime autoritário na China continental às expensas do então governo vigente de Chiang Kai-shek, de inclinações nacionalistas, obrigando-o a refugiar-se numa pequena ilha na costa do mar da China.

Naquele momento, a renda per capita da República da China era de US\$1460, inferior à brasileira, que era de US\$1673.

Ambos, Brasil e Taiwan, eram muito próximos em níveis de renda per capita, mas isso mudou conforme as políticas se desalinham. Enquanto o Brasil se imiscuía no grupo dos países protecionistas, que se isolaram economicamente por jactarem-se de supostamente serem capazes de se industrializar majoritariamente por conta própria, a república taiwanesa voltou-se para a integração econômica estratégica com os Tigres Asiáticos, abriu sua economia para a concorrência global, e fez uma bem-sucedida reforma agrária.

Os resultados foram visíveis: a mudança institucional alterou os incentivos, forçando as empresas que até então se sustentavam no mero recebimento de cotas do governo a reduzirem os seus custos e aumentar a eficiência.



Entre 1950 e 1970, por exemplo, a Yulon Motor, uma empresa automotiva protegida do governo taiwanês, era referência no mercado chinês de automóveis. Mesmo assim, não tinha escala e a produtividade era baixa se comparada a empresas maiores. Mesmo assim, sua dominância sobre as demais empresas se formava sobre os incentivos que o governo gerava, o que inibia o seu crescimento, pois não havia riscos existenciais à sua continuação. Isso mudou por volta das década de 80, de quando da

manter competitiva no mercado interno. Sob esse risco, ela se viu incentivada a descontinuar segmentos não-rentáveis da sua estrutura e a aprimorar as suas técnicas de produção. Nesse contexto, torna-se parceira estratégica da Nissan, abandonando a antiga estratégia de ser uma “montadora nacional completa”. Isso não fê-la tornar-se uma Toyota ou uma Honda, mas tornou-se mais madura e eficiente.

Para tornar-se rico, o Brasil, assim como Taiwan, precisa fazer um melhor uso dos recursos

Certa vez, Claude

Frédéric Bastiat disse que a diferença entre o bom e o mau economista é que o primeiro tende a ver o que o segundo não consegue. Na prática, isso se aplica aqui: a indústria nacional precisa passar por um processo doloroso de reajuste da sua estrutura atual, adequando-se melhor às demandas do mercado. Muitas vão quebrar, assim como os muitos agricultores poloneses, franceses e húngaros também. No fim, tanto a Europa quanto o Mercosul, na eventual vigência desse acordo, passarão por esse estrondoso processo, que é o que se vê.

O que não se vê, e é o que fica subentendido para além de toda essa catarse promovida por aqueles que têm algo a perder sem os privilégios que possuem, é o enriquecimento paulatino da sociedade como um todo. As firmas, depois desses tão necessários reajustes, terão custos menores de produção, podendo tornar a se expandir com ainda mais vigor do que antes, recuperando tudo o que foi perdido e que se deseja ter de volta – os empregos, as fazendas europeias, as indústrias sul-americanas.

abertura econômica, forçando a Yulon a cortar custos.

Ela não fez isso de bom grado, mas porque, se não fosse feito, ela não teria eficiência o suficiente para se

escassos com isso alternativas que possui à disposição, mas muitos dos ajustes necessários para essa reorganização são recessivos.

O capital, sim, vai mudar de forma, o que implica a mudança da sua estrutura – não há garantias de que os custos de transição sejam zero, mas existem evidências de que valerá a pena. Ainda assim, antes de tudo, isso requer confiança e continuidade.

ma forma de enxergar isso é através da lente do mito de Orfeu e Eurídice. Lá, após a morte da amada, Orfeu dirige-se até o Hades profundo, que lhe oferece o acordo de, na condição de voltar à superfície supostamente acompanhado pelo espírito de Eurídice, sem olhar para trás nem por um instante, ele a teria de volta em seus braços. Ambos, Mercosul e União Europeia, caminham numa jornada parecida: precisam ter nos braços as suas respectivas “Eurídice”, mas precisam confiar numa promessa, seja ela de Hades ou do Milton Friedman, vencer o receio de que a dor do presente seja o presságio do insucesso futuro, e alcançar o seu objetivo.

Assim como Orfeu fracassou em sua missão já próximo à superfície, muitos países, incluindo o Brasil, pararam as suas reformas no meio apesar das oportunidades históricas do contexto do tempo. Somente o tempo dirá, entretanto, se o tão desejável reencontro com a prosperidade será uma realidade, ou se, deitados eternamente em berço esplêndido, ambos os povos ficarão à espera de um Dom Sebastião que, surgido miraculosamente entre as oliveiras, irá restaurar imerecidamente a velha ordem, até que a vil realidade seja pesada demais para qualquer sonho escamotear.

Claro que, mesmo na hipótese de que o acordo entre em vigor, ele, por si só, não tornará a periferia do mundo tão rica quanto o centro. Isso demanda reajustes estruturais muito mais profundos do que a simples redução de tarifas de importação, como os incentivos e perspectivas que têm as classes produtivas da sociedade, o quanto acessíveis são os mercados legais para as pessoas comuns, o quanto há de segurança jurídica e o quanto hermética ou não são as estratificações da sociedade.

A própria Taiwan não enriqueceu somente reduzindo impostos. Mesmo que isso tenha sido condição necessária, não é condição suficiente. Ainda assim, como dizia Friedman, “A sociedade que coloca a igualdade à frente da liberdade irá terminar sem igualdade e liberdade.”



Artista que fez a bandeira Nikollas C. Moraes.

“Pela Pátria, Pela Ordem e Pelo Progresso! Compromisso, Ação e Mudança! Viva o Brasil!”

- Braian Alflen
fundador do M.O.P.